



v.14, n.1, 2017  
**Setembro-Dezembro**  
**Dossiê 150, 100, 50**

**CAPITALISMO, ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL  
 E JUSTIÇA. CONSIDERAÇÕES PARA A RELAÇÃO  
 CAPITALISTA DO TRABALHO E DA RIQUEZA E PARA O  
 PAPEL DA JUSTIÇA NESSA RELAÇÃO**  
**[CAPITALISM, WELFARE STATE AND JUSTICE.  
 CONSIDERATIONS ABOUT THE CAPITALIST RELATION  
 OF WORK AND WEALTH AND THE ROLE OF JUSTICE IN  
 THAT RELATION]**

**Christian Iber**

Professor colaborador Programa de Pós-Graduação Filosofia  
 PUCRS, Brasil; Bolsista PNPd/CAPES  
 Docente da Universidade Livre Berlim, Alemanha  
 E-mail: iber\_bergstedt@yahoo.de

**RESUMO ABSTRACT**

Na sua argumentação o artigo segue a composição teórica do primeiro volume de O Capital de Karl Marx. Partindo do princípio exposto no preâmbulo (I) que unicamente a relação do trabalho e da riqueza pode explicar a relação da pobreza e da riqueza no capitalismo em sete passos ulteriores da dedução desenvolvem-se os momentos essenciais do modo capitalista da produção: (II) dinheiro como finalidade da produção: trabalho produz dinheiro – a oposição elementar do trabalho e seu rendimento: 1. trabalho por dinheiro, 2. o que é dinheiro? Poder de acesso privado à propriedade alheia na figura objetiva, (III) dinheiro como relação de produção: trabalho produz mais dinheiro na mão alheia – a oposição do trabalhar e do deixar trabalhar, (IV) capital como comando sobre o trabalho: o posto de trabalho – salário e desempenho sob o regime dos possuidores privados do dinheiro, (V) o aumento da produtividade do trabalho como meio do capital: o avanço tecnológico – o desenvolvimento da produtividade social do trabalho à serviço do aumento do poder privado econômico do capital, (VI) o crescimento do capital como motor do desemprego: não emprego – desempregados como resultado e alavanca do avanço capitalista, (VII) as consequências sociais do crescimento econômico e sua regulamentação social: 1. o clamor por justiça, 2. a solução estatal da questão social: a conservação da oposição do trabalho e da riqueza pelo retorno permanente dos assalariados ao capital como seu meio de subsistência, 3. o papel do sindicato e, por fim, (VIII) perspectiva: capital financeiro, crise e mercado mundial.

The argument of this article follows the theoretical composition of the first volume of The Capital of Karl Marx. Based on the principle, exposed in the introduction (I) that only the relation of work and wealth can explore the relation of poverty and wealth in the capitalism, the essentials moments of the capitalist mode of production are developed in seven derivation steps: (II) money as the purpose of production: work produces money – the elementary opposition of work and its yield: 1. work for money, 2. what is money? Power of disposition of foreign property in a real form, (III) money as relation of production: work produces more money in foreign hand – the opposition of work and to have someone work for someone, (IV) capital as command of work: the place of work – salary and performance under the regime of the private money holder, (V) the increase of labor productivity as means of the capital: technological progress – the development of social productivity of work in service of the private power of money of the capital, (VI) capital growth as motor of unemployment: no work – unemployed persons as result and leverage of the capitalist progress, (VII) the social consequences of economic growth and social regulation: 1. the call for justice, 2. the state solution of social question: the maintenance of the opposition of work and wealth by permanently referring back the wageworkers to the capital as their life resources, 3. the role of the trade unions and finally (VIII) perspective: financial capital, crisis and world market.

**PALAVRAS-CHAVE**

Pobreza. Trabalho. Riqueza.  
 Dinheiro. Capital.

Estado de Bem-Estar social. Justiça.

**KEYWORDS**

Poverty. Work. Wealth.  
 Money. Capital.

Welfare state. Justice.

## I. Preâmbulo

### 1. Pobreza e riqueza

No discurso da “pobreza e riqueza” cada um pensa um “não obstante”, uma oposição: por exemplo, diz-se: a Alemanha é um país rico, mas os desempregados têm que viver com apenas algumas centenas Euros por mês. No Brasil deve ser constatada uma desigualdade extrema na distribuição da riqueza. Na Alemanha, os sindicatos e a publicidade conduzem uma queixa sobre a pobreza: forças de trabalho recebem demasiadamente pouco dinheiro por seu trabalho, tão pouco que os trabalhadores não podem pagar as suas contas. Existe um setor de baixo salário, onde os trabalhadores assalariados não são pagos devidamente, de tal modo que eles não podem viver dignamente e isso apesar do trabalho: *working poor* como escândalo. No Brasil, um terço da sociedade não tem nenhuma perspectiva de que seu trabalho será utilizado: o binômio favela-pobreza é considerado como normalidade.

A versão mais geral da pobreza diz: não ter nenhum trabalho, isto é, *não-trabalho*. Os desempregados não recebem nenhuma oportunidade de ganhar sua vida dignamente, de ganhar dinheiro. Não ter nenhum trabalho é, em geral, o grande “problema social”.

O que é levado em consideração nessas queixas?

1. Não é na *disponibilidade* de todos os meios necessários a fim de proporcionar a todos os homens um sustento honesto que reside a causa pela qual os homens não têm moradia, estão com fome, não têm nenhuma participação nos meios sociais que existem. O modo de produção capitalista superou a dependência da natureza, as epidemias e a não-dominação dos meios de produção. Sobre as causas da fome se lê atualmente no jornal: a fome se origina na especulação no mercado de produtos primários. Responsáveis pela miséria na Grécia seriam a crise, a especulação financeira-capitalista ou em geral investimentos inadequados. Denominam-se muitas razões, mas a falta de meios como razão não está entre elas. Por conseguinte pode-se dizer: há tudo, há os meios para produzir tudo o que é necessário, mas eles não chegam até os homens.

Isso é estigmatizado como escândalo, e isso é também um escândalo. Por qual outra razão se deveria desenvolver as forças produtivas do trabalho, senão para prover os homens com os meios de seu carecimento? Para isso é que existe a produção!

2. Salta à vista que precisamente ficam em pior situação aqueles que têm de viver do seu *trabalho* – ou teriam de viver – e não podem isso ou somente de modo precário. Também no capitalismo os bens úteis apenas vêm ao mundo através disto, que alguém os produz, portanto, *trabalha*. Todos dependem dos produtos do trabalho, mas aqueles que fazem, de fato, o trabalho, que trabalham com as suas próprias mãos na produção dos carros, das estradas e batatas, estes estão na base da escala de renda. Por que isso é assim?

Já aqui se torna saliente o seguinte: evidentemente não apenas a *pobreza* e a *riqueza* estão numa relação oposta. Parece que no capitalismo o *trabalho* e a *riqueza* estão em uma relação oposta. O trabalho, que produz a riqueza social, continua, nesse caso, pior: tanto no que concerne ao trabalho como atividade quanto também no que tange ao



pagamento daquele que trabalha.

Sobre este estado de coisas já Karl Marx disse: no capitalismo, ser trabalhador produtivo não é nenhuma sorte, mas um azar.<sup>1</sup> Marx examinou a razão para isso e dedicou à comprovação desse estado de coisas os três livros de *O Capital*. Justamente disso é que também se trata no presente artigo. A oposição entre trabalho e riqueza não deve ser motivo de indignação e queixa, mas sim deve ser explicado por que isso, no capitalismo, é necessariamente assim.

As queixas tradicionais se detêm em manter com firmeza a discrepância entre pobreza e riqueza. Não obstante exista tanta riqueza, há ao mesmo tempo tamanha pobreza. A fome e a miséria não precisariam existir. Então, oferecem-se razões para isso, por que o provimento dos homens – propriamente possível e necessário – *falta*. Aqui é conveniente ser cauteloso.

Há uma versão incorreta e outra correta desse pensamento. A versão incorreta constata um *desvio* do propriamente querido. O capitalismo *não* soluciona o problema do fornecimento. Com isso, o trabalho e o sustento dos homens são apreendidos como o princípio da sociedade – propriamente –, do qual permanentemente é *desviado*. O trabalho é – em princípio – a base de vida adequada para todos – exceto, justamente, que ele frequentemente, e para muitos, não funciona como tal.

A versão correta desse pensamento assegura o seguinte: o capitalismo não soluciona o problema do provimento, porque ele antes de tudo *produz*. Nessa sociedade não se produz em absoluto para a necessidade, para o provimento dos homens. Isso não é em absoluto a finalidade social economicamente reinante, para a qual e por causa da qual os bens úteis vêm ao mundo.

O que está entendido quando Marx diz que o valor de uso não é a finalidade da produção?<sup>2</sup> Seguramente, de algum modo também no capitalismo os homens, a sociedade, têm que obter o necessário para que eles possam viver e trabalhar. Só – e essa é a tese que aqui deve ser esclarecida – se e como isso acontece, é um mero *subproduto*, melhor ou pior tratado, a *condição* oposta para a finalidade *própria* da produção: *aumento do dinheiro*. *Quais bens, como e onde* são produzidos, *quem* pode se beneficiar destes, todas essas questões decisivas para o sustento material de uma sociedade não são tratadas sob o ponto de vista de poupar aos homens o mais eficazmente possível trabalho e tempo.

Também isso se pode ouvir dos porta-vozes autorizados: se para muitos homens a satisfação das necessidades não vem ao caso, isso reside no *pelo que é trabalhado*. O que diz a resposta dos políticos e dos empreendedores, quando se queixa a este respeito, a saber, que para a grande massa dos assalariados sempre escoia muito pouco da riqueza social e que os ricos se tornam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres?<sup>3</sup>

1 Cf. Karl Marx. *O Capital. Crítica da Economia Política. Processo de Produção do Capital. Vol. I*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 26ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 584.

2 Cf. Karl Marx. *O Capital. Vol. I*. idem, p. 58, 220 etc.

3 Sobre a distribuição desigual global da renda e do patrimônio no século XXI informa



A resposta diz: precisa-se de mais *crescimento econômico*, de mais *oportunidades de trabalho*, antes de se poder cuidar do fornecimento. Salário baixo pode parecer, de fato, ser mau para os afetados, mas, em princípio, é necessário para a competitividade da economia. E quando se trata da eliminação do desemprego, concessões para a finalidade para a qual se precisa do trabalho, precisamente para ganhar dinheiro, são inevitáveis. Pois postos de trabalho são criados pela economia. A crítica à questão social eternamente não solucionada chega, com isto, à intelecção forçada de que nas considerações dos cálculos daqueles que empregam não resta nenhuma saída. Aí os ricos são exigidos como aqueles que devem criar os postos de trabalho e os únicos que o podem. Como empregadores eles prestam um bom serviço. Mas ele tem seu preço objetivamente necessário: o lucro como necessidade objetiva do poder-dar-trabalho.

Do desenvolvido anteriormente se deixa conhecer o seguinte: a *riqueza do dinheiro* está aí, mas ela esta reservada para outras finalidades do que simplesmente ser distribuída aos necessitados. Primeiramente tem que ser investido, mais riqueza expressa em dinheiro deve ser criada na mão dos empreendedores. Somente então entra em questão o provimento – ou também não. E os *meios materiais* deveriam ser produzidos igualmente de modo fácil, mas eles podem apenas vir ao mundo se seus produtores podem ganhar dinheiro através disso.

Evidentemente há necessidades econômicas da produção, cujas regularidades antecedem àquelas da distribuição. Essas regularidades não são compatíveis com as exigências daqueles que trabalham, no seu trabalho: precisamente que o trabalho deve lhes assegurar o seu sustento. Continuadamente deve ser constatada uma luta apenas condicionadamente bem-sucedida em torno de uma renda suficiente. No setor de baixo salário, a relação de salário não garante nem ao menos aquilo que lhe é atribuído como “normal”: um rendimento viável. Existe um exército de desempregados que nunca desaparece, o qual traz à intuição que os homens dependem do trabalho, mas jamais têm uma garantia de receber um trabalho.

## 2. Trabalho e riqueza

O capitalismo é *um modo de produção*, um modo como a sociedade organiza o seu trabalho necessário, a fim de produzir gêneros alimentícios no sentido amplo do termo, os quais não voam até a nossa boca como no “país das delícias”. Ele é a maneira como

---

extensamente Thomas Piketty. *Das Kapital im 21. Jahrhundert* [O Capital no Século XXI]. München: C.H. Beck, 2014, esp. p. 313-624. Nesse caso, ele se ampara na *World Top Income Database* (WTID), idem, p. 35. Contudo, Piketty não dispõe nem de um conceito de capital suficiente – ele o conceitualiza como coisa, não como relação social – nem se interessa pelo modo de produção capitalista e, por conseguinte, não pergunta como a reprodução dessa sociedade se realiza. Nesse lugar isso deve ser cobrado. Para a discussão sobre o livro de Piketty cf. Stephan Kaufmann, Ingo Stützle. *Kapitalismus: Die ersten 200 Jahre. Thomas Pikettys “Das Kapital im 21. Jahrhundert – Einführung, Debatte, Kritik* [Capitalismo: os primeiros 200 anos. “O Capital no Século XXI” de Thomas Piketty – Introdução, debate, crítica]. Berlin: Bertz + Fischer Verlag, 2014.

**IBER, Christian. Capitalismo, Estado de Bem-Estar social e Justiça. p. 125-147.**



a existência material da sociedade é criada e assegurada. A *Crítica da Economia Política* de Karl Marx critica isso, a saber, como essa realização, que cada sociedade apresenta, está organizada nesse modo de produção. A prova objetiva averiguar se o provimento da sociedade com o útil é em geral a finalidade da qual se trata na economia, da qual o provimento da população definitivamente depende. O critério de uma tal prova é a relação do esforço do trabalho e aquilo que através dele chega para aqueles que trabalham e aqueles que, independentemente de quais razões, não podem trabalhar.

Todo o resto é disparate. Se essa *relação de esforço e de rendimento* para os participantes vai bem, então não há nada a criticar nesse modo de produção. De que espécie é, portanto, a produção social da riqueza, se a distribuição regularmente sai tão unilateral? E como e por que desempregados e sem recursos pertencem a esse tipo de produção, que ao mesmo tempo desenvolve a riqueza disponível, todos os meios e métodos do produzir e o emprego conveniente das forças naturais?

A questão que deve ser esclarecida é, portanto, a seguinte: como o *trabalho* se relaciona – o esforço para a produção das coisas úteis, portanto, a geração da riqueza material – com a *riqueza*, a qual importa na economia de mercado, i.e., o *dinheiro*. Pois essas duas coisas não são idênticas. O que significa propriamente: trabalho por dinheiro?

## II. Dinheiro como finalidade da produção: trabalho produz dinheiro – a oposição elementar do trabalho e seu rendimento

### 1. Trabalho por dinheiro

Entre empregados e empregadores existe uma relação de troca: o empregado dá tempo de trabalho e recebe, para isso, uma soma de dinheiro. Isso parece ser claro e óbvio, também que isso traz consigo dificuldades, especialmente pelo fato de que na maioria das vezes se recebe demasiadamente pouco dinheiro por muito trabalho. O ganho do dinheiro é o impulso, a obrigação objetiva, para a qual se dobra o corpo e à qual jamais é possível se ajustar corretamente, e precisamente para ambos os lados: concernente ao trabalho e ao dinheiro. Ambos os lados são criticados: por um lado, trabalho em demasia, por outro, pouco dinheiro. Mas a própria relação, portanto, esta própria relação de troca, não é criticada, pelo contrário, é pressuposta como uma normalidade.

Coloca-se a questão: que tipo de relação de troca é essa? A partir do ponto de vista de uma produção racional, duas coisas distintas valem como racionais: (i) trabalhar para a necessidade e (ii) trabalhar em conformidade com os carecimentos das forças de trabalho, quer dizer, a organização de uma cooperação apropriada e de uma distribuição dos bens conforme os carecimentos.

Ambos não contam para o trabalhar no capitalismo. Pelo contrário, vale o seguinte: trabalha-se para receber dinheiro a fim de poder comprar os meios de consumo, e isso significa: bens são, com efeito, o resultado do trabalho, mas não para aqueles que trabalham: são meios de consumo, que precisam ser vendidos, que estão à venda. Eles pertencem aos produtores “legítimos”, aos empreendedores.



No capitalismo, as coisas não funcionam assim: trabalha-se e, então, tem-se um produto, um rendimento, mas o que se tem depende inteiramente dos preços que devem ser pagos. Estes não têm nada a ver com a soma de dinheiro que se ganha. Os preços dos produtos não estão em nenhuma conexão com a soma de dinheiro obtida.

Mostra-se, portanto, o seguinte: entre o trabalho e o consumo está o dinheiro. Não o que se produz em bens, mas o que a produção dos bens rende em dinheiro é crucial no capitalismo. Isso vale para ambos os lados: para aquele que trabalha e para aquele que disponibiliza o posto de trabalho, aquele que deixa trabalhar. Para aquele que trabalha isso significa: trabalhar o máximo possível a fim de poder comprar e consumir muito; para o empregador: deixar trabalhar muito a fim de vender o máximo possível e maximizar o lucro.

Do ponto de vista do trabalhador, a relação de dinheiro, trabalho e consumo se apresenta da seguinte forma: a fim de poder comprar e consumir, ele tem que ganhar o máximo possível de dinheiro. A necessidade do dinheiro obriga, portanto, (i) o esforço do trabalho: o tempo e a dificuldade do trabalhar é o meio para isso. O dinheiro é, por conseguinte, nenhum meio aproveitável para aqueles que trabalham, mas uma compulsão para o emprego do trabalho. (ii) Pelo lado do consumo vale: não é a necessidade para os bens que conta, mas a necessidade para o dinheiro. Na necessidade não conta ela mesma, mas o dinheiro que está atrás dela. No que diz respeito aos produtos do trabalho, assim a necessidade é atendida apenas na medida em que o trabalho institui o dinheiro como poder de compra na mão daquele que trabalha. No produto não conta o valor de uso, sua utilidade para a necessidade, mas somente o seu valor-dinheiro.

Conforme ambas as direções vale, portanto, o seguinte: o dinheiro separa o trabalho dos seus resultados. O dinheiro está entre o trabalho e o consumo.

Por que isso é assim? Que tipo de riqueza é essa, que é produzida assim? Mostrou-se que a riqueza não é devida ao carecimento dos trabalhadores; este não é sua finalidade. A partir do ponto de vista daquele que trabalha, trabalhar o máximo possível é um disparate. Para o trabalhador, o trabalho é dificuldade e esforço. Para ele deveria entrar em ação uma organização do trabalho que cuide para que os produtos desejados sejam produzidos com o menor esforço possível. No capitalismo vale o oposto, tem-se que trabalhar o máximo possível, a fim de ganhar o dinheiro necessário para o consumo. Aqui a satisfação do carecimento está orientada pela soma de dinheiro obtida. O preço dita o volume do consumo. Quando então se consumiu, o dinheiro se foi e é necessário ir trabalhar novamente. A forma da riqueza, o dinheiro, é, a partir do ponto de vista do trabalhador, uma compulsão para trabalhar como emprego, como esforço e uma compulsão para organizar-se com o rendimento do dinheiro.

Ao mesmo tempo vale que o que para um é um meio, portanto, necessidade, para outro é a finalidade. Não o deleite, mas a realização do preço, portanto, o dinheiro é a finalidade realizada do empreendedor. Apenas depois da venda os bens produzidos são riqueza confiável. Enquanto eles não estão vendidos, tudo conta apenas como dinheiro ideal.



*Dinheiro é aquilo que no capitalismo é propriamente produzido.* O dinheiro é a forma válida da riqueza social. O dinheiro é apreciado, porque com ele se pode tornar tudo acessível. Tudo é comercializável. Isso significa, na verdade, inversamente: tudo o que se precisa e quer ter, vem ao mundo apenas como comprável, portanto como reivindicação do dinheiro. O preço está estampado na mercadoria como rótulo. O preço mostra que, para o vendedor, a mercadoria tem que ser apta para uma outra finalidade do que satisfazer qualquer carecimento.

## 2. O que é dinheiro? Poder de acesso privado à propriedade alheia na figura objetiva

Expresso negativamente, o dinheiro não contribui materialmente nada para a produção dos bens. Mas em todos os bens, em todos os produtos do trabalho, o preço que deve ser pago é na sua generalidade decisivo.

O dinheiro é o *meio universal de acesso* à riqueza, porque todos os bens produzidos são *propriedade privada*, portanto, estão sujeitos à disposição privada sobre eles. A propriedade privada é o *direito de disposição excludente sobre os bens*: não porque seu proprietário os precisa, quer mantê-los por si, mas como exclusão de todos que os necessitam e em razão do que tem que pagar por eles.

O dinheiro é a forma universalmente válida desse direito de disposição excludente. O dinheiro representa a propriedade na forma pura, não numa coisa determinada, numa coisa útil, mas ele é o poder que permite ter acesso a todas as coisas. O dinheiro é o meio universal, materializado, de ter acesso a toda propriedade. O poder de disposição do dinheiro cresce à medida da sua quantidade. Todos os produtos do trabalho produzidos e disponíveis socialmente estão frente a frente com o dinheiro. Eles vêm ao mundo como propriedade privada e trazem para seu proprietário dinheiro assim que são vendidos.

O dinheiro, a riqueza social separada de todos os bens úteis é, portanto, a *utilidade social em e para si*: pois ele é capaz de se apropriar de tudo o que é produzido e existe como propriedade. O dinheiro como esse poder de acesso à riqueza social, este lado positivo da propriedade privada excludente é, portanto, a finalidade e o resultado do produzir social.

O dinheiro é o oposto de uma apropriação conveniente comunitária e da transformação da natureza para o carecimento. Ele é, portanto, também o oposto de uma determinação racional do trabalho como atividade apropriada. Se o dinheiro é a finalidade da produção, então, no trabalho, não é decisivo seu conteúdo material. A atividade concreta respectiva é mero meio para apropriar-se do rendimento social do trabalho, portanto, aquilo que ela cria na propriedade *valor-dinheiro*. O esforço que é exercido aí, em todos os bens distintos, é sempre o *mesmo*: criar propriedade privada. Os produtos servem tão-somente como meio para a apropriação do dinheiro. Apenas na venda dos bens a finalidade da produção logrou êxito.

Nesta sociedade trabalha-se por dinheiro, razão pela qual o trabalhar não tem nenhuma medida no carecimento, de se poupar esforço de trabalho, mas conta o esforço do trabalho que rende dinheiro. Por conseguinte, o dinheiro é o motor e a finalidade do esforço



do trabalho ou a compulsão para o aumento do esforço do trabalho que vale dinheiro.

Mostra-se o duplo resultado: porque a riqueza existe como propriedade privada, a qual se tem acesso apenas com dinheiro, tudo depende, nas mãos daqueles que compram o trabalho de outros, do *máximo possível de trabalho* e bens. Pobreza é idêntica ao trabalho. A forma específica capitalista da pobreza é aquela que se origina porque muita riqueza é produzida na mão alheia.

### III. Dinheiro como relação de produção: trabalho produz mais dinheiro na mão alheia – a oposição do trabalhar e do deixar trabalhar

1. Não é segredo para ninguém que no capitalismo o trabalho não é algo – exceto em casos excepcionais – que se faz por si como proprietário. Ele está socialmente organizado em um grande número de relações de trabalho. O trabalhar se realiza coletivamente, mas o coletivo não é daqueles que trabalham e organizam um processo de trabalho. O “quadro pessoal” é o coletivo dos trabalhadores organizados pelo capital, pelo utilizador e pelo proprietário legítimo do trabalho. Para si mesmo, o trabalhador não é somente desituído de recursos, mas também desprovido. Ele não pode de modo algum aplicar o seu trabalho, porque ele existe como potência social apenas na mão do comprador.

Atuam aqui, portanto, dois lados fundamentalmente separados, economicamente distintos: ganhar dinheiro por trabalho e ganhar dinheiro por deixar trabalhar. Para o trabalhador conta que ele obtém dinheiro com o “seu” trabalho. Ao mesmo tempo está claro que neste trabalho nada é “seu” no sentido próprio. Seu trabalho está instalado e é organizado por e para aquele, que deixa trabalhar, porque ele, através da venda dos produtos, chega ao dinheiro.

O trabalho é, para ambos os lados, a fonte do dinheiro, mas para ambos uma fonte inteiramente diversa. A oposição do trabalho e do dinheiro está distribuída em caracteres distintos. E isso não é uma questão técnico-organizacional, mas contém a relação de produção capitalista inteira. O trabalhar, a dificuldade, cai no lado do trabalhador. A apropriação do dinheiro cai no lado daqueles que deixam trabalhar.

A partir do ponto de vista dos trabalhadores é louco permanentemente exercer o máximo possível de esforço que cria propriedade. O ponto crucial próprio do trabalho não é, portanto, também de modo algum, que o trabalhador tem algo do seu trabalho, que ele produz riqueza para si. O ponto crucial nisso é que o trabalho por dinheiro produz bens que pertencem àquele que deixa produzir.

O trabalhador recebe seu dinheiro pelo fato de que ele produz bens para seu empregador. O que o trabalho produz não está posto à disposição daquele que produz, mas à disposição do seu empregador. A produção pelo dinheiro e o aproveitamento da necessidade da sociedade através dos produtos do trabalho pelo dinheiro não é, portanto, o assunto do trabalhador. O trabalhador é pago pela propriedade, isto é, pelo dinheiro, que seu empregador auferir com a venda dos produtos do trabalho. Sua força de trabalho é sua, mas não apenas o resultado do seu trabalho, mas também a própria atividade não é sua.





Esta é vendida como serviço. E isso significa: com a atuação do trabalho por dinheiro, ele é ao mesmo tempo excluído da disposição sobre sua atividade e seu produto.

O trabalho é comprado, pago pelo “empregador”, porque ele produz propriedade na mão alheia. Para o aumento da propriedade é conveniente deixar trabalhar o máximo possível. Isso é oportuno a partir do ponto de vista do patrimônio de dinheiro, porque através do deixar trabalhar o máximo possível aumenta-se o patrimônio de dinheiro privado.

A partir do ponto de vista da necessidade social é absurdo o princípio que diz que se deve deixar trabalhar o máximo possível. A partir desse ponto de vista se trataria de averiguar quanto esforço é necessário para atender as necessidades e como se pode poupar, nesse caso, trabalho e esforço. Mas precisamente, esse princípio absurdo é o que vale a partir do ponto de vista do aumento do poder privado do dinheiro.

Retenhamos, portanto, a dupla crítica à finalidade do trabalhar no capitalismo:

(i) A finalidade da produção da riqueza é o aumento do dinheiro privado, a apropriação da riqueza do dinheiro sempre mais contra e separada daqueles que trabalham. Apenas assim existe a riqueza social no capitalismo, a saber, como massa de dinheiro crescente nas mãos dos empregadores do trabalho, o que implica a exclusão do trabalhador do produto do seu trabalho.

(ii) Essa finalidade força a medida da extensão e da intensidade do trabalho, a qual, a partir do ponto de vista do trabalho para a necessidade, é irracional e prejudicial. O sempre mais trabalho tem sua medida apenas na quantidade do dinheiro que deve ser faturada com esse mais trabalho, não tem, portanto, limite. A verdade sobre a sede de lucro é que ela não é nenhuma conduta desordenada individual, mas que ela resulta da determinação da finalidade da produção social. A crítica à finalidade irracional e prejudicial da produção capitalista coincide com a crítica ao modo como os homens vivem nesse estado.

2. Como se constitui, portanto, a relação oposta dos agentes do modo de produção capitalista? Onde o dinheiro está dado suficientemente, ele serve para se apropriar da potência do trabalho, da propriedade de criar valor-dinheiro. O que no trabalho unicamente conta como potência da riqueza é o seu desempenho de fundar o valor-dinheiro, a propriedade. Isso pressupõe, por outro lado, a obrigatoriedade de ter de trabalhar, porque para aqueles que trabalham falta a propriedade decisiva. Não meramente esses ou aqueles bens, mas os meios decisivos de produzir.

Decisivo não é simplesmente ter propriedade privada, mas dar ordens sobre o decisivo, a saber, a propriedade dos meios objetivos do trabalhar. *A propriedade privada nos meios de produção* é, para o trabalhador, a exclusão de espécie inteiramente principal de todos os meios decisivos do trabalhar.

Ambos os lados instituem o dinheiro para finalidades inteiramente diferentes: os capitalistas investem o dinheiro para que ele volte de maneira aumentada. O dinheiro é desembolsado de tal modo que ele conserve e aumente o patrimônio do seu proprietário. Os trabalhadores gastam seu dinheiro consumindo, com o que eles novamente se colocam na obrigação de ter que ir trabalhar.



Deste modo, o dinheiro transforma a potência do trabalho, a de criar propriedade, em sua própria potência. O dinheiro, a propriedade dos meios de produção, emprega trabalho a fim de se apropriar das potências do trabalho e aproveitá-las para seu aumento. O ponto crucial nos “ricos” não é, portanto, o ser rico, mas o poder de disposição que isso confere sobre todas as potências do trabalho e as fontes da riqueza. Na medida em que a propriedade privada mobiliza o trabalho para seu aumento, ela tem a potência de ampliar-se, de deixar produzir riqueza para si. Isso é o poder do *dinheiro como capital*. A crítica ao demasiadamente pouco dinheiro e ao demasiadamente muito trabalho se dissolve, portanto, na crítica à relação de troca trabalho por dinheiro, a qual cuida para a exclusão dos trabalhadores da riqueza.

3. O que é o capital? O capital é o poder de disposição sobre as potências sociais do trabalho para obter mais dinheiro. Como isso se dá? Isso ocorre sobre a *diferença do pagamento do dinheiro para o trabalho e da realização do dinheiro a partir do produto do trabalho* que pertence ao empregador do trabalho. Assim, o poder do dinheiro do empregador do trabalho não produz meramente dinheiro, mas o aumento do dinheiro. O empreendedor, com o pagamento do dinheiro aos trabalhadores, adquire a disposição sobre o trabalho e, com isso, a liberdade de organizar o dispêndio da força de trabalho nos postos de trabalho instalados com esse fim, de tal modo que ele obtenha um saldo positivo sobre seu adiantamento.

O trabalhador recebe dinheiro, com o qual ele se sustenta, e se gasta no trabalho conforme a necessidade do lado do proprietário. O *conceito de trabalho lucrativo ou rentável* consiste na diferença mencionada: a *diferença* entre aquilo o que a compra do trabalho, o dinheiro que o trabalhador tem para sua vida, custa a seu empregador e aquilo o que este trabalho, o dispêndio da sua força de trabalho, produz nos resultados expressos em valor-dinheiro na maquinaria instalada para essa finalidade.

O que pagam, ou seja, o que comprem propriamente aqueles que deixam trabalhar? O que é trocado aí? Não é o trabalho que é pago, mas a disposição sobre a utilização da força de trabalho, a potencialidade dos membros do quadro pessoal. Na empresa, a força de trabalho do trabalhador recebe as instruções correspondentes. O trabalhador obtém dinheiro para sua realização, nesse caso, está pressuposto e a produção está organizada com a finalidade de que esse desempenho traga ao empreendedor um mais-dinheiro. De outra maneira, o negócio não valeu a pena para ele. Ao trabalhador paga-se a utilização do trabalho, a qual preenche a finalidade do proprietário. Para isso o trabalhador recebe dinheiro para seu “sustento”, como de fato o salário é denominado na sua função miserável.

Portanto, no capitalismo não é produzido apenas dinheiro, o poder de disposição privado sobre a riqueza social, mas seu crescimento como poder de acesso ao trabalho. A potência do trabalho criando o produto valor-dinheiro sob o regime do capital produz constantemente uma exclusão crescente dos resultados do trabalho, e precisamente como resultado de uma relação de trabalho contratualmente ordenada, na qual é trocado trabalho por dinheiro. Numa mão produz-se a riqueza ampliada do dinheiro, o que, por outro lado,



reproduz ao mesmo tempo a miséria daqueles que têm que trabalhar. Realiza-se, portanto uma separação contínua do trabalho e da propriedade. Desse modo, o crescimento do capital se efetua.

Este crescimento é a finalidade nunca plenamente realizada do capital. No capitalismo não se diz: agora basta de crescimento, nós queremos trabalhar menos e desfrutar mais. A relação de esforço e de rendimento não está orientada pelo bem-estar social universal, isto é, por uma vida melhor. Se a riqueza do dinheiro está em questão, então jamais basta para ambos os lados, e precisamente por razões opostas. O aumento da propriedade do capital não conhece nenhuma medida. Ele não está orientado por nenhuma necessidade, exceto tornar-se mais. Do lado do trabalhador deve ser constatada uma *desproporção contínua de esforço e de rendimento*. Ele está confrontado permanentemente com um enorme esforço e pouco rendimento.

4. A partir do ponto de vista do trabalhador, o trabalho é permanentemente um esforço em demasia; a partir do ponto de vista do carecimento, o seu pagamento é permanentemente insuficiente. Essa exclusão do trabalhador da riqueza se mostra na posição do trabalhador ao consumo. Para ele, o dinheiro é um meio do consumo. Mas o que ele tem, no fim, em bens de uso, não está determinado através da sua necessidade, mas pelo cálculo do empreendedor com seu trabalho como lucrativo, rentável. Isso já é louco. Lá onde o trabalhador ganha dinheiro, a sua finalidade, o dinheiro, não é de modo algum a diretriz. Aí onde ele consome, realiza sua finalidade, vale a regra: dosar bem a soma limitada de dinheiro, porque o pagamento é determinado pela parte contrária.

Assim resulta, então, a oposição do trabalho e da riqueza: de um lado massas de capital crescentes investidas para o avanço tecnológico como exclusão dos trabalhadores dos produtos do seu trabalho e, de outro, seu consumo como efeito colateral de como eles são utilizados para o crescimento do capital. Reivindica-se mais salário com o argumento que os lucros dos empreendedores, todavia, são muito altos.

A queixa pressupõe que o pagamento dos trabalhadores é o modo de sua separação do resultado da produção. A disputa acerca da distribuição e da justiça é uma disputa pela porcentagem no resultado da produção que o trabalho nunca garante. Porque a riqueza é produzida como propriedade na mão alheia, na medida em que a potência própria do trabalho é apropriada por dinheiro, os trabalhadores têm que permanentemente *lutar* por mais rendimento próprio. Qual a porcentagem que os trabalhadores recebem no rendimento tem, por um lado, nenhuma medida no seu trabalho e, de outro, nenhuma medida nas necessidades vitais. O que eles recebem tem sua medida na finalidade daqueles que dispõem sobre seu trabalho, na diferença entre pagamento, os custos, e rendimento, o lucro.

Do que se trata, portanto, na disputa acerca da distribuição e da justiça? A disputa acerca da justiça não toma medida na riqueza produzida, a qual está, de fato, na mão alheia. Igualmente ela não toma medida nas necessidades vitais dos trabalhadores. A porcentagem no rendimento tem sua medida no fato de assegurar a potência do trabalho, a



disposição sobre a força de trabalho, quer dizer, a liberdade de empregar os trabalhadores de modo rentável. A base para isso é o poder dos possuidores do dinheiro de impor aos trabalhadores, em face de sua limitada situação financeira, as condições de trabalho adequadas a esse cálculo. Este poder cresce à medida que os produtos do trabalho são apropriados como capital.

#### **IV. Capital como comando sobre o trabalho: o posto de trabalho – salário e desempenho sob o regime dos possuidores privados do dinheiro**

O posto de trabalho que o trabalhador ocupa com seu trabalho é uma relação muito unilateral. O trabalhador não tem nem a qualidade nem a quantidade do seu esforço na sua mão, tampouco a organização do seu trabalho. Ele não determina nada disso. O trabalho é, com efeito, *sua* atividade, quer dizer, ele a exerce, mas conforme todas as suas determinações ela *não é sua*; todas as determinações do seu trabalho estão determinadas pelo empregador.

A perversidade do tipo de organização social do trabalho salta aos olhos. Trabalha-se não mais individualmente, por si, mas no coletivo de trabalho. Mas não se realiza nenhum planejamento social do trabalho útil e da cooperação. A organização não é estabelecida conforme os carecimentos dos trabalhadores. Pelo contrário, o regime privado do empreendimento enquanto regime de funcionamento organizado determina sobre a sua conexão do trabalho, o seu estabelecimento material e o esforço que deve ser desempenhado. No coletivo de funcionamento o trabalhador está confrontado com um posto de trabalho dado, no qual ele tem que cumprir um conjunto de exigências.

Como contraentes do empreendedor, os trabalhadores assalariados são livres e iguais, mas na empresa eles estão completamente sem liberdade. Mais do que a metade da vida o assalariado está sob o comando do capital. Nesse caso, as exigências e a finalidade do regime do capital estão claras: desempenhar o máximo possível de trabalho rentável. Se e como o rendimento do seu trabalho vale da pena, não lhe compete. As potências materiais, objetivas do trabalho, suas condições de trabalho ditam como propriedade privada sua atividade. Trabalhar no capitalismo significa, por causa disso, aguentar o trabalho com a vontade e a força do trabalhador. Exige-se do trabalhador indiferença contra si mesmo, indiferença tanto contra os esforços quanto contra seus carecimentos. Porque o trabalhador também não tem na mão o seu pagamento, ele, na outra esfera, lá onde ele tem liberdade do consumo, tem que dosar o seu dinheiro.

É isso que o Marx jovem entende quando ele fala da “alienação”:<sup>4</sup> o viver de atividades nas quais nada corresponde ao interesse e carecimento próprio e, nesse caso, ao mesmo tempo estar estrangido a pôr nisso sua atenção e sua dedicação. O ponto crucial no trabalho capitalista é que ele não é meramente empenho e esforço – isso o

---

4 No seu escrito inicial *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844 Marx explica a relação da propriedade privada e do trabalho com o conceito de “alienação” (cf. Karl Marx. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 79-90).

trabalho sempre é num determinado grau –, mas que ele ocorre como dispêndio da força vital para algo que não se tem na mão, nem no que diz respeito ao resultado, o produto, nem no que concerne ao rendimento do dinheiro, ou seja, o salário. Por causa disso, o posto de trabalho de um assalariado contemporâneo se chama também “Job” [trampo], ao qual ele não está ligado por nada mais exceto o fato de que ele recebe um salário por isso.

A relação das reivindicações no desempenho e no salário – ambos os lados desta relação residem no lado do capital. À sua atividade própria produtiva e aos seus resultados como prova de fogo, portanto, ao trabalho como “Job” [trampo], o trabalhador se relaciona de modo duplo, a saber, 1. faço isso, aguento isso, e 2. como consigo dosar o meu salário? Este lado cai inteiramente fora do âmbito do seu trabalho.

#### **V. O aumento da produtividade do trabalho como meio do capital: o avanço tecnológico – o desenvolvimento da produtividade social do trabalho à serviço do aumento do poder privado econômico do capital**

1. A racionalização da produção é o grande desempenho do capital, que impulsiona seu crescimento. Nesse caso, uma absurdidade não pode ser abstraída. A progressão da produtividade, a enorme maquinaria e a nova técnica fazem com que tudo se torne mais simples, que se produza com menos esforços humanos, mas isso não significa que isso se torne mais produtivo para o trabalhador. Pelo contrário: para ele é improdutivo num duplo sentido: tanto no que diz respeito ao esforço como no que concerne ao rendimento.

Como o resultado das gigantescas despesas, as quais o capital tem para o avanço tecnológico, aparecem para o trabalhador?

De acordo com o esforço significa, para o trabalhador: (i) novos esforços. Portanto, não se trata de facilitar o trabalho, de menos trabalho, porque este se tornou mais produtivo, mas tão-somente a necessidade de se adaptar a atividades modificadas, (ii) o trabalho também não se torna mais simples, mas mais vazio de conteúdo. (iii) Com o avanço da produtividade, o trabalhador não dispõe sobre mais meios para o consumo. No que diz respeito ao rendimento, assim não se realiza nenhum valor adicional. O trabalhador não chega ao desfrute de mais liberdades de consumo. Antes pelo contrário, ele é desqualificado na hierarquia do salário. Para ele, portanto, o seu trabalho tem menos valor.

2. Do ponto de vista de uma riqueza que objetiva um melhor provimento material, esses resultados são absurdos. Para cada sociedade racional valeria o seguinte: a progressão da produtividade significa poder produzir em menos tempo mais bens com menos esforço. Por conseguinte, têm-se mais bens disponíveis e para todos o tempo de trabalho é rebaixado, o que significa mais tempo livre disponível para o indivíduo. A questão importante seria apenas ainda: o tempo livre disponível deveria ser utilizado para o desenvolvimento da produção ou as pessoas querem antes gozar seu lazer?

3. Sob o ditado do cálculo de dinheiro capitalista, do aumento da propriedade, o resultado é exatamente o oposto: o porquê não é nenhum mistério. Todo o esforço para o avanço tecnológico infatigável está unicamente aí para aumentar a diferença entre



pagamento e rendimento, quer dizer, tornar mais úteis os custos, isto é, economizar os custos a fim de assim ampliar o lucro.

Todas as despesas objetivas do custo, que os empreendedores exercem, eles inserem na conta dos fregueses. Mas os *custos para o trabalho* eles declaram regularmente como demasiadamente caros, os custos para o trabalho não deveriam simplesmente ser cobrados dos clientes. Aqui não vale: o preço dos empregados está definido, o cliente tem de pagar, mas: os custos para trabalho devem ser diminuídos permanentemente, devem ser racionalizados. O princípio válido diz: *rebaixar os custos unitários do trabalho*; reduzir os custos do salário é a receita do sucesso.

Se sempre *menos esforço* é necessário *no trabalho*, isso significa de modo capitalista: sempre menos despesas para os custos do trabalho são necessárias para o capital. Esta é a equiparação conforme a qual o empreendedor procede. Por causa disso vale: aos trabalhadores não é poupado *trabalho*, mas *trabalhadores pagos* são poupados e, com isso, faz-se economia de custos salariais. Trata-se de uma diminuição das despesas dos custos necessários para a disposição sobre as forças de trabalho: e precisamente de modo absoluto, na medida em que a maquinaria economiza mais trabalho pago do que a maquinaria causa em custos no produto, e relativamente, porque assim, de um quadro pessoal menor, com custos salariais reduzidos, é possível obter mais lucro.

Retenhamos: o segredo inteiro da racionalização capitalista consiste no fato de que as potências sociais do trabalho não são mobilizadas a fim de economizar trabalho, mas a fim de economizar trabalho pago.

Sempre mais dispêndio de capital para os meios de produção, que se torna lucrativo através da economia dos custos salariais, isto é, o melhoramento da relação de custos e de rendimento significa para a relação com o trabalho o seguinte:

(i) Frente aos assalariados está sempre mais capital com a exigência do seu aumento. Maquinaria e instalações de produção não são o braço prolongado dos trabalhadores, mas o poder objetivado do capital. Com cada progresso do capital cresce o poder de comando sobre sua atividade. Do lado da propriedade privada se concentram todas as potências sociais do trabalho, o que significa, para os trabalhadores, que seu trabalho é rebaixado a mero apêndice da maquinaria.

(ii) O capital está voltado para uma ampliação da diferença entre os custos e o preço recuperável dos seus produtos. Por causa disso, ele conduz uma concorrência sem tréguas pela redução dos preços para o dispêndio do trabalho. O progresso inteiro da produtividade são as despesas gigantescas do capital em maquinaria com o único fim de economizar custos unitários e principalmente custos unitários do trabalho, para, desse modo, baratear as mercadorias, vendê-las melhor e mais rapidamente, obtendo, com isso, um ganho maior ou comparavelmente maior.

4. Este modo de proceder contém uma *contradição principal da finalidade capitalista com o seu meio*: o capital alveja, em primeiro lugar, *o máximo possível de trabalho lucrativo*. Quanto mais trabalho lucrativo é empregado, mais excedente ele auffer. Ao mesmo tempo



e pela mesma razão, precisamente a fim de tornar o trabalho mais lucrativo, o capital alveja *economias no esforço do trabalho*, porque este representa *custos* para ele. Além disso, mostra-se: a redução dos custos do trabalho é uma vantagem da concorrência tão-somente temporária, que a própria concorrência torna constantemente obsoleta.

Como os empreendimentos lidam com essa contradição? Eles seguem por inteiro simplesmente o cálculo de como o progresso de racionalização rende para eles. Se eles reduzem os seus custos, eles podem vender um maior número de bens mais rentáveis – enquanto os outros ainda não fizeram o mesmo. Por conseguinte, vale que se tem que ser sempre o mais rápido, sempre tem que ser o primeiro a fim de obter vantagem na concorrência.

O avanço da racionalização implica uma nova reivindicação no trabalho. O trabalho tem que cuidar agora de ambos: mais trabalho para menos trabalhadores. Para o empreendedor, a nova maquinaria é um elemento de custo capitalista. Ela se apresenta para ele como despesas materiais aumentadas dos custos para o melhoramento da produção. O posto de trabalho se torna sempre mais caro, custa sempre mais. Os empreendedores consideram como seu desempenho a sua disponibilização. Para isso eles não esperam nenhum agradecimento, mas põem a exigência óbvia: as máquinas novas têm de ser *tornadas* lucrativas. Isso significa: o adiantamento gasto deve retornar o mais rapidamente possível na mão do capitalista. Vale, portanto, produzir mais produtos em igual tempo e vendê-los. Por causa disso há demissões, por um lado, e, por outro, o empenho do máximo possível de trabalho e redução do salário, jornada de trabalho de 8 dias por semana, trabalho em turnos e intensificação do trabalho.

Ao mesmo tempo, todo o avanço da produção material é acompanhado pela desvalorização das capacidades de trabalho. Isso é concatenado com o salário. O que nas potências materiais e espirituais é objetivado nos novos meios de produção, perde-se no trabalho vivo como reivindicação por pagamento. Isso é também uma lei estranha no mundo do trabalho: o trabalho é tornado mais vazio de conteúdo e mais cansativo, reduzido a puro modo de sustento e, ao mesmo tempo, flexível conforme a necessidade na operação contínua das instalações de produção. No que diz respeito ao pagamento, a substitutibilidade do trabalho conduz à redução do salário.

O crescimento da riqueza, o avanço tecnológico, que contribui para a economia no esforço social do trabalho, significa, portanto, nenhuma economia de trabalho do lado dos empregados. Para o capital, trabalhadores não utilizados são custos economizados, para os trabalhadores são alimentos suprimidos. Assim, o capital organiza a contradição, a saber, que o uso sempre mais lucrativo do trabalho como fonte do seu aumento conduz a despesas sempre maiores dos custos nos meios objetivos, para o que sempre menos trabalho é necessário.

5. O progresso da produtividade do trabalho como meio do capital tem um efeito secundário no consumo. Com a aplicação de maquinaria mais produtiva e a redução dos custos salariais, o capital barateia, de fato, todos os produtos, cria, desta maneira, a “imensa



acumulação de mercadorias”<sup>5</sup>, da qual Marx fala no início do volume I de *O Capital*. Isso é motivo para que alguns críticos aqui elogiem Marx, conforme o lema: vejam bem, hoje em dia os trabalhadores têm até mesmo carros e geladeiras, nem pensar em miséria e exploração. Domina bem-estar geral.

Essa declaração é uma piada de mau gosto, e precisamente de três razões:

1. Por meio dos salários pagos pelos empreendedores o capitalismo consegue, de fato, transformar os salários pagos num *poder de compra de massa*. O elogio se orienta pelo crescimento pressuposto da riqueza social na forma do capital e enaltece o modo de produção capitalista, porque nele os homens não se depauperam completamente.

2. Poder-se-ia perguntar, contudo, se todo esse dispêndio, esses tipos de postos de trabalho e esse *dumping* salarial devem ser necessários para que também os trabalhadores possam se beneficiar de alguns bens adicionais. Se se tratasse de fato disso, seria possível obter isso de modo muito mais fácil e com menos trabalho e esforço.

3. O elogio sequer afirma que de fato se trata disso, mas só que o consumo aumentado do trabalhador é uma consequência secundária do crescimento do capital.

Resumindo: a oposição da riqueza e do trabalho no capitalismo apresenta-se, agora, da seguinte forma: a riqueza no capitalismo cresce e precisa, para seu crescimento, sempre de menor trabalho. Por causa disso, o capital livra os trabalhadores do emprego e não produz, desse modo, para a ociosidade agradável, mas para miséria.

## VI. O crescimento do capital como motor do desemprego: não emprego – desempregados como resultado e alavanca do avanço capitalista

1. Uma absurda consequência ulterior da relação do trabalho e da riqueza são os desempregados como a outra face do crescimento econômico. O desempregado é, no fundo, uma figura louca. Que todo o necessário deve ser produzido mais fácil e rapidamente significa, para os trabalhadores: eles têm que trabalhar, mas não podem trabalhar. Eles precisam de trabalho! Mas: quem precisa, pois, de trabalho? A maior parte das pessoas precisa de dinheiro, não de trabalho. Mas a inversão – eles precisam de trabalho, porque eles necessitam dinheiro – é uma obrigação objetiva válida.

Vimos: com o avanço tecnológico, o posto de trabalho se torna um bem sempre mais caro. Do lado do capital, o posto de trabalho significa sempre mais dispêndio de capital para meios objetivos e custos salariais. Inversamente, os desempregados dependem de um posto de trabalho, que eles não criam, mas é criado pelo capital. Por conseguinte, precisamente por causa das leis catastróficas do crescimento do capital, que tem necessariamente por consequência o desemprego, o empreendedor desfruta de uma grande reputação. Ele vale como único remédio, o que já diz o *status* social do desempregado. Faltam-lhe oportunidades de trabalho, as quais apenas o empreendedor pode oferecer.

Portanto, é necessário dizer: o fundamento do desemprego, o crescimento capitalista, vale como antídoto visualizado para o desemprego e como o único meio eficaz

5 Karl Marx. *O Capital*. Vol. I. Idem, p. 57.





de gerar emprego. Como máxima da luta contra o desemprego vale: tem-se que ser utilizado pelo capital. Assim, as consequências negativas da dependência do salário conduzem à sua afirmação absoluta. Como remédio contra o desemprego ajuda apenas o crescimento capitalista.

2. Por outro lado, há na publicidade uma crítica aos desempregados. Que eles *não são utilizados* significa que eles *são pouco aproveitáveis*. O homem com a sua força de trabalho e suas reivindicações de conservação é conceitualizado como impedimento para emprego.

A afirmação de que o desemprego reside nas próprias forças de trabalho não é, porém, mera ideologia cínica, mas uma lógica praticamente eficaz. Os homens têm que se tornarem úteis, o que é o mesmo do que se adequar às novas condições do seu emprego, à necessidade do capital. Conforme esse lado não vale, portanto, o cálculo feito pelo trabalhador até agora – trabalhar a fim de ganhar dinheiro –, mas o seu inverso: por causa do trabalho necessário são admitidas concessões na sua finalidade, a saber, ganhar dinheiro com ele. Nele mesmo cumpre-se o juízo de que é inutilizável, porque demasiadamente caro, portanto, adequa-se muito pouco à necessidade do capital.

Esse juízo é tornado verdadeiro de modo prático não porque o juízo é correto. Pelo contrário, o aumento da concorrência em torno dos postos de trabalho é aproveitado pelos empreendimentos para as concessões forçadas no salário e para esforços suplementares: “(des)-qualificação conforme as necessidades”, quer dizer, praticar renúncia ao salário e estar disposto trabalhar sob piores condições de trabalho. Os desempregados não são, portanto, de forma alguma inúteis para o capital. Eles aumentam a liberdade dos empregadores. Na mão do capital, a pura redução do salário age igualmente como o aumento da produtividade enquanto redução dos custos unitários do trabalho, e precisamente como alavanca para o aumento da produtividade do capital por inteiro sem as despesas da racionalização. Isso é uma declaração juramentada de insolvência ulterior sobre o crescimento do capital e o avanço tecnológico.

Nesse estágio, o trabalho assalariado se desvela, se torna visível como relação de poder econômico objetivado e a base de toda a relação de salário, tal como ela existe socialmente de forma imediata. Na sua condição de despossuído, de não disposição sobre a riqueza na sua forma social da propriedade, na sua exclusão de todos os meios de produção, que estão socializados, mas na mão dos proprietários privados, os trabalhadores, sem o seu uso, estão remetidos impotentemente ao capital. Inversamente, possuir um posto de trabalho significa apenas a atuação dessa relação de poder econômico sob pressão dos desempregados.

(i) A queixa da publicidade e dos sindicatos diz: os capitalistas aproveitam sua posição dominante e se enriquecem, em vez de fazerem o seu serviço como empregadores. Essa queixa não simplesmente descarta de onde vem esse poder. É mais grave: relaciona-se positivamente ao poder do capital. Que os empregadores dispõem privadamente sobre



todas as potências sociais, isso é a condição firme do seu serviço, que de direito os põe como capitalistas. Nunca eles são tão procurados e jamais as reivindicações estão dirigidas a eles tão afirmativamente na expansão do seu cálculo e, com isso, na atuação bem-sucedida do seu poder econômico, como em períodos de grande desemprego.

(ii) A unilateralidade da relação – o poder do capital e a impotência dos trabalhadores – aqui está subscrita imediatamente como ponto de partida. A relação de oposição do capital e do trabalho vale como lei objetiva: tanto no clamor por emprego, com a intelecção de todas as consequências negativas inevitáveis para isso, como também no clamor para uma solução do grande problema social, que os empreendedores produzem com seu emprego: o desemprego.

## VII. As consequências sociais do crescimento econômico e sua regulamentação social

### 1. O clamor por justiça

A exigência por mais justiça social, que a publicidade e os sindicatos levantam, tem um destinatário. Há, de fato, a instância para justiça, a qual é apelada, que trata das consequências sociais e cuida da redistribuição de renda: o Estado.

O Estado é competente para solucionar todos os atritos sociais. Seu intervir como estado-social na sociedade é um fator importante no seu orçamento. Ele organiza um grande aparelho de redistribuição de renda na sociedade. O que, na verdade, não se pode ignorar é que ele coproduz e impõe todas as consequências. Em primeiro lugar, o Estado está voltado para o fomento da posição econômica e da economia. Ele define o bem-comum como crescimento econômico. Nesse caso, ele está voltado para *sua* riqueza, porque ele participa do aumento privado do dinheiro por meio dos impostos. A sociedade é assim a base do seu poder econômico.

### 2. A solução estatal da questão social: a conservação da oposição do trabalho e da riqueza: retorno permanente dos assalariados ao capital como seu meio de subsistência

O crescimento econômico tem que funcionar duradouramente. Por causa disso, o Estado se importa com as consequências sociais deste crescimento. Em primeiro lugar, isso é uma declaração juramentada de insolvência tanto sobre o bem-comum quanto sobre a insustentabilidade da oposição capitalista do trabalho e da riqueza. Aquilo com o qual o Estado se importa como Estado social não são, de fato, reconhecidamente destinos individuais incomuns da vida, mas *situações sociais*.

Nisso está incluído o seguinte: (i) nada nas necessidades vitais dos homens é óbvio; nada é regulamentado pelos atingidos e nada se regula pela sua aplicação pelo capital. (ii) Pelo contrário: visto que os proprietários privados, na sua concorrência, são desatentos um contra outro, precisa-se do poder do Estado, o ponto de vista da universalidade separado dos proprietários privados concorrentes, para que isso tudo em geral funcione.



A propriedade privada executa, *em primeiro lugar*, seu poder econômico até arruinar a força de trabalho social com o Estado na retaguarda. Desempregados, doença, pobreza na velhice etc., tudo isso a política conhece e reconhece como consequências duradouras e tarefas do modo de produção capitalista, o qual ela cuida e guarda. Por causa disso, o Estado exerce despesas gigantescas a fim de regulamentar as consequências sociais.

Se ainda não se percebeu isso já no capital, aqui, no Estado, torna-se conclusivamente saliente o que significa que o capitalismo é um modo de produção, um fim econômico socialmente imposto e tornado válido para todos. O aumento do dinheiro não é uma finalidade privada de alguns ricos, frente aos quais está a “universalidade”, exigindo e lutando. Pelo contrário, o produzir do dinheiro é o fim de toda a vida social reconhecida, segurada e guardada pelo Estado. Para isso, o Estado cuida como violência política da sociedade.

*Em segundo lugar*, também está evidente com isso o fim da intervenção estatal. O Estado está voltado para tornar sustentáveis essas relações sociais, quer dizer, criar as condições sob as quais as circunstâncias sociais são factíveis e suportáveis para os trabalhadores.

Em virtude disso, o Estado, em todas as suas medidas, toma em consideração, *em terceiro lugar*, a obrigação objetiva fundamental do capital, quer dizer, as *causas que tornam necessário o seu intervir*, como condição, a qual ele deve atentar. Na necessidade e no desempenho da economia, esta instituição estatalmente protegida, todas as suas medidas têm que se balizar. Assim, o Estado serve àqueles que em virtude dos seus interesses privados da concorrência não tomam em consideração o crescimento econômico geral. Assim está reconhecida, pelo Estado, a expansão do poder econômico da propriedade privada e da exclusão coletiva dos trabalhadores da riqueza como sua base válida.

O ponto de partida do ponto de vista do estado-social é, *em quarto lugar*, a transformação das situações sociais, nas quais os trabalhadores assalariados caem no seguimento do crescimento econômico, em problemas que o Estado tem *com eles*. Os desequilíbrios sociais dos trabalhadores assalariados emergem como problemas, que o Estado tem com eles, porque ele se importa com o desempenho da relação do capital e do trabalho *para ele*. Ele regula as dificuldades dos trabalhadores assalariados, e precisamente sob o aspecto de que isso são *questões de custos* para ele. O Estado social, que favoreceu a conservação da classe trabalhadora, tem custos, em vez de trazer rendimentos. Em razão disso, ele trata as consequências sociais negativas como dedução global-social da sua riqueza disponível.

O Estado faz o balanço da conservação da classe trabalhadora em termos de custos estatais necessários para sua aplicação capitalista. Deste modo, o Estado admite praticamente a oposição do trabalho e da riqueza, quer dizer, que a finalidade do modo de produção capitalista é o aumento do dinheiro e não o provimento dos homens. Ele torna a oposição do trabalho e da riqueza viável, ele não a atenua, mas cuida que ela funcione.

Nesse sentido, o Estado atua, *em quinto lugar*, como sujeito de uma redistribuição



de renda. Ele coletiviza o salário da classe trabalhadora, e precisamente por inteiro no sentido deste ponto de vista. Ele coletiviza o salário para as condições de vida dos membros da classe trabalhadora, que estes não podem impor individualmente e o qual o capital não concede. Ele institui o *seguro-desemprego*, *sistema de saúde e previdência*. Assim, o ser-á dos trabalhadores assalariados está socializado, e precisamente como dedução salarial duradoura e como direitos estatalmente reconhecidos dos trabalhadores. Eis aí a *justiça social* e a *comunidade de solidariedade* organizadas pelo Estado.

O que está, com isso, produzido? No estágio em que nada mais está regulado privadamente, mas de modo social e estatal, está concluída, através do poder do Estado, a separação dos princípios socialmente válidos do aumento da propriedade privada capitalista e do arranjar-se dos trabalhadores. Todo o decisivo está e é regulado de modo social – (i) pelo poder do capital e pelo poder de compensação dos sindicatos, com o qual a relação de troca do salário por trabalho está assegurada de modo contratual, e (ii) pelo poder do Estado, que protege juridicamente a liberdade da pessoa e da propriedade privada e como Estado social organiza o arranjar-se dos trabalhadores assalariados com suas dificuldades. O arranjar-se efetivo nas circunstâncias sociais é, então, o conteúdo da liberdade que os trabalhadores têm.

### 3. O papel do sindicato

Há ainda uma instância ulterior que associa os trabalhadores como comunidade de interesses. Essa instância é o sindicato, que – firmemente institucionalizado e reconhecido como instância competente – permanentemente luta pela *redistribuição* da renda e pela *justiça* da relação salarial. Para isso ele tem até mesmo a licença de fazer greve coletivamente, suspender o trabalho para que ele, então, continue em melhores condições.

As atividades dos sindicatos mostram também o déficit da luta por mais justiça. O ponto de partida e o fundamento do seu esforço em torno de mais justiça é a relação válida do trabalho e da riqueza. O trabalhar, no capitalismo, não assegura a disposição sobre a riqueza, mas separa-se coletivamente dela. A finalidade dos sindicatos, a sua luta por justiça salarial é, contudo, uma correção *nesta* relação. Eles querem alcançar mais participação, mais participação justa na riqueza como elaboração comum. Com isso eles transformam a exclusão dos assalariados da riqueza em um problema de distribuição dentro da oposição trabalho/riqueza. Com suas exigências, os sindicatos visam o equilíbrio justo em vez de unilateral, para que o trabalho assalariado possa, então, prosseguir em melhores condições.

Nesse caso, as exigências do sindicato atestam que a reivindicação por uma porcentagem maior, por uma participação mais justa na riqueza não é nenhuma realização da relação de trabalho capitalista, mas um *objeto permanente de luta*. Essa luta está necessariamente limitada, ela esbarra no poder do capital e na precaução do Estado. Hoje em dia, nos sindicatos, essa limitação já está integrada nos seus esforços de correção. Eles não atuam mais de modo algum eles mesmos como organizações de luta, mas como instituições sociais. A unificação sindical dos trabalhadores assalariados



para uma comunidade de interesses não suprassume mais de modo algum o arranjar-se individual dos trabalhadores assalariados com as circunstâncias sociais, e sim completa a regulamentação estatal dos problemas sociais. Tudo isso o sindicato faz – separado da sua base – como instituição, que, como tal, sequer ainda apresenta uma grande contra força capaz de reivindicar compensações.

Conclusão: retornamos, portanto, ao ponto de partida da nossa investigação. A oposição fundamental no capitalismo não é aquela entre pobre e rico como relação continuamente unilateral, que quantitativamente deve ser tornada mais justa, mas a oposição entre trabalho e riqueza. Entre a oposição entre pobreza e riqueza e aquela entre trabalho e riqueza subsiste uma diferença enorme. Só a última é, ao mesmo tempo, a explicação da primeira.

A oposição do trabalho e da riqueza é resultado da forma oposta da riqueza, do poder privado do dinheiro, o qual incorpora a força de trabalho para sua ampliação. A riqueza social nesta sociedade é o poder objetivado do capital existente no dinheiro como fim e meio econômico, o poder de disposição tornado válido por meio do poder do Estado moderno não somente sobre a riqueza social na forma de bens de uso de todo o tipo, mas sobre todas as potências sociais e as fontes da riqueza, inclusive sobre a força de trabalho humana e seu uso. Todas as consequências negativas no que tange aos trabalhadores são um único documento e atestado desse poder, da oposição do trabalho e da riqueza permanentemente tornada válida através da autoridade do Estado. A justiça advogada pelo Estado e pelo sindicato nessa relação de oposição não consiste na suavização de suas consequências negativas, mas na sua conservação e viabilização.

### VIII. Perspectiva: capital financeiro, crise e mercado mundial

A oposição capitalista do trabalho e da riqueza tem seu fundamento na produção capitalista, mas ela adentra ainda em outras esferas. Marx mostra, sobretudo no terceiro livro de *O Capital*, como o capital trata seu comando sobre o trabalho enquanto uma propriedade, enquanto uma potência do dinheiro de se aumentar, calcula com dinheiro como com uma garantia acabada do seu aumento. Ele mostra como o capital, na figura do capital financeiro, age e concorre para o interior e para o exterior e como o Estado calcula com isso sua riqueza nacional. Como base do seu poder, o Estado aprecia e promove a propriedade privada, seu aumento como interesse autonomamente perseguido e finalidade dos seus proprietários privados capitalistas concorrentes.

Para além do discutido deveria ser tratado, por conseguinte, ainda, *em primeiro lugar*, o papel do *capital financeiro*. O capital financeiro, que remete créditos, parte da normalidade do crescimento do capital como reivindicação do lucro antecipado, como obrigação objetiva e resultado do crédito. Isso põe, para o trabalho, novas reivindicações implacáveis no mundo.

Além disso, deveria ser discutido, *em segundo lugar*, a *crise*, a qual não apresenta outra coisa senão a consequência da contradição apresentada pelo crescimento do capital liberado através do crédito e sua realização, que consiste num tratamento radicalizante do



Estado com a força de trabalho nacional.

Por fim, *em terceiro lugar*, seria necessário lançar um olhar sobre o *mercado mundial*, na concorrência internacional e a comparação internacional das posições econômicas das grandes multinacionais, com o qual os povos do mundo são transformados num *proletariado global*, inclusive o “preariado” e a “fome mundial”.

O discutido e aquilo que ainda deve ser tratado futuramente mostram que a relação oposta do trabalho e da riqueza é a finalidade do Estado moderno, precisamente também aí onde ele, como Estado social, cuida da justiça social. O Estado, como Estado social, cuida e promove o crescimento do capital nacional e internacionalmente como riqueza da nação e cuida de sua posição política às custas do trabalho em todas as partes do mundo. Esta é a verdade amarga sobre a justiça social no capitalismo.



## REFERÊNCIAS

IBER, Christian. Riqueza e trabalho. O que deveria ser aprendido de Marx sobre o capitalismo? In: **Projetos de Filosofia III**. Agemir Bavaresco, Evandro Pontel, Francisco Jozivan Guedes de Lema – Dados eletrônicos – [Séria Filosofia: 219]. Porto Alegre: EDI-PUCRS, 2013, p. 53-74. <http://www.pucrs.br/edipucrs>.

IBER, Christian. **Elementos da Teoria Marxiana do Capitalismo**. Um comentário sobre o livro I de O Capital de Karl Marx [recurso eletrônico]. Porto Alegre. RS: Editora Fi; EDI-PUCRS, 2013. <http://www.editorafi.com/2013/11/iber.html>.

IBER, Christian. O que é justa? In: **Democracia, política, representação**: ensaios filosóficos. [Série Filosofia & Interdisciplinaridade 17]. Fernando Danner, Leno Francisco Danner, Magnus Dagios, Paulo Roberto Konzen (Orgs.). Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2014, p. 78-104. ISBN – 978-85-66923-41-4. Disponível em: <http://www.editorafi.org>

KAUFMANN, Stephan; STÜTZLE, Ingo. **Kapitalismus**: Die ersten 200 Jahre. Thomas Piketty's "Das Kapital im 21. Jahrhundert – Einführung, Debatte, Kritik [Capitalismo: os primeiros 200 anos. "O Capital no Século XXI" de Thomas Piketty – Introdução, debate, crítica]. Berlin: Bertz + Fischer Verlag, 2014.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Processo de Produção do Capital. Vol. I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 26ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

PIKETTY, Thomas. **Das Kapital im 21. Jahrhundert** [O Capital no Século XXI]. München: C.H. Beck, 2014.

WIRTH, Margaret; MÖHL, Wolfgang. **Beschäftigung“ – „Globalisierung“- „Standort“**. Anmerkungen zum kapitalistischen Verhältnis zwischen Arbeit und Reichtum. [“Emprego” – “globalização” – “localização”. Observações para a relação capitalista entre trabalho e riqueza]. München: Gegenstandpunkt, 2014.



© Autor, com identificação do direito de primeira publicação da Revista Kalagatos.



IBER, Christian. Capitalismo, Estado de Bem-Estar social e Justiça. Considerações para a relação capitalista do trabalho e da riqueza e para o papel da justiça nessa relação. **Kalagatos**, Fortaleza, v. 14, n. 3, set.-dez., 2017, p. 125-147.